http://www.crmpr.org.br JORNAL DO

e-mail: crmpr@crmpr.org.br Ano IV • Nº 31 Outubro/1999

PARANA

NSELHO REGIONAL DE MEDICINA PARANÁ

especial Mobilização nacional em defesa da saúde

oda sociedade brasileira vive a expectativa de que o Congresso aprove emenda constitucional que fixa, finalmente, as fontes de financiamento para o Sistema Único de Saúde. Em 22 de setembro, foi realizada uma manifestação em Brasília, envolvendo representantes dos gestores, usuários, prestadores de serviços e de parlamentares. Além de assegurar a dotação orçamentária nas três esferas de governo, a rede conveniada ao SUS quer uma revisão imediata da tabela de procedimentos, defasada desde a edição do Plano Real. O Conselho de Medicina do Paraná, ao lado dos demais Regionais e do CFM, não apenas apoiou como teve participação ativa no movimento em defesa da saúde, também chamado de "Marcha Branca".

Páginas 2 (editorial), centrais (8 e 9) e 10





Posse no Conselho Federal

leitos em agosto como conselheiros efetivo e suplente do CFM, Gerson Zafalon Martins e Luiz Sallim Emed assumem a função em 13 de outubro, em Brasília. Na oportunidade, serão empossados os representantes de todos os estados e também do Distrito Federal, bem como eleita a nova diretoria do Conselho. Atualmente o conselheiro titular do Paraná é Luiz Carlos Sobânia, que ocupa a 2.ª vice-presidência. A

chapa de consenso do estado foi eleita com cerca de 85% dos votos válidos, na mais expressiva votação registrada em todo país. Fortalecer a relação médico-paciente, manter estratégias para evitar a abertura de novas faculdades de Medicina, definir critérios para para atuação de médicos estrangeiros na prestação de serviços profissionais e a revisão das tabelas do SUS fazem parte das propostas dos novos conselheiros.

Do Código de Ética Médica

Dos princípios fundamentais Artigo 15 — Deve o médico ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja por condições de trabalho compativeis com o exercício ético-profissional da Medicina e seu aprimoramento técnico.



editorial Manifesto Brasília, PRIMAVERA DE 99 AOS MÉDICOS PARANAENSES pela saúde

sperava tempo seco, sol ardente, ar abafado, gramados ressequidos, políticos em sua rotina habitual e distantes dos anseios e necessidades da sociedade carente, lideranças com interesses partidários e regionalizados. Aguardava muito pouca gente e a imensidão das praças do planalto refletia um número ainda menor, o que seria demonstração de fraqueza, desinteresse e não promoveria qualquer abalo ou sensibilidade no poder, as verdadeiras reivindicações emanadas do povo.

Já no hotel, antes de dirigir-me ao local da concentração, minhas previsões preliminares não estavam corretas: chovia - tempo úmido e frio, mesmo para um curitibano de adoção, os gramados e as flores agradeciam aquela garoa fina, e nem ela serviu de temor ou justificativa para afastar a presença dos presidentes das entidades médicas, dos hospitais públicos, filantrópicos e privados. Estavam conosco Secretários Estaduais e Municipais e se misturavam aos componentes dos Conselhos de Saúde. Chegavam também representantes de instituições em defesa de crianças, dos idosos, dos portadores de deficiência, além de outras que defendem a saúde dos excluídos.Presentes também políticos e lideranças de todos os partidos e o mais importante: a vinda dos trabalhadores da saúde, provenientes de todos os estados brasileiros e com eles, faixas brancas, negras e vermelhas, enfim, de todas as cores e símbolos, enquanto a presença deles reduzia a proporção; cidadão - área da praça, contagiava-nos com entusiasmo, reduzia o frio, incentivando e desinibindo a todos. Minha previsão mais temível deixava de existir.

Já era uma concentração respeitável, em número e qualidade, mesmo com indivíduos e lideranças de pensamentos e ideologias aparentemente inconciliáveis, havia uma convergência e um interesse comum, independente da posição de gestores, prestadores ou usuários:

a DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA.

Como qualquer manifestação, no caminhão de som alternavam líderes com fala, sempre em defesa para uma vida mais saudável e melhores condições para o trabalho dos profissionais da saúde. Todos repetiam a necessidade do orçamento justo e adequado para a saúde. Fonte de recursos definidos e vinculação de percentual fixo do orçamento para a saúde. Apontavam as vantagens do sistema SUS, que não exclui patologias pré-existentes e nem estabelece restrições quanto ao tempo de internação, além de outros benefícios desse sistema que luta pela equidade e universalidade. Por outro lado, também faziam referência à perversidade desse sistema público, aos prestadores e usuários, aos valores indignos da consulta e procedimentos médicos. Enfatizavam que a maneira de corrigir essas distorções é a aprovação da PEC 82-B, que contempla um melhor orçamento e define índice de 64% das arrecadação das contribuições sociais dos empregadores incidentes sobre o faturamento e o lucro, em se tratando da união, mais 12% sob responsabilidade do Estado e 15% a cargo dos municípios com referência a arrecadação de impostos. Os valores seriam progressivos anualmente até chegar aos percentuais já referidos. Além da aprovação da PEC, pediam também a correção imediata da tabela do SUS.

Essa manifestação acontecia defronte ao Ministério da Saúde, em seguida deslocamo-nos até o Palácio do Planalto e nesta caminhada, novamente a boa mistura de pessoas, de bandeiras e no mesmo nível da rua, gestores, prestadores e usuários defendiam uma idéia e o mesmo projeto.

Os Conselhos Federais e os Regionais de Medicina, estavam na rua e de faixa na mão e mais uma vez, demonstravam que não são órgãos apenas judicantes, mas lutavam com as demais entidades médicas, que também se faziam presentes em defesa da sociedade e dos médicos em um grito único: melhor saúde para todos.

Confesso que foi a minha mais agradável e gratificante caminhada, a melhor e mais feliz previsão errada que

É primavera... tempo de florecer e renovar esperanças.

> Cons. Luiz Sallim Emed Presidente do CRM-PR

Agenda da Presidência / Outubro

6/7 - Cascavel (PR)

Palestra sobre "Investigação e tratamento clínico têm limites?", na abertura oficial do Congresso de Caráter Multidisciplinar.

Local: Associação Médica de Cascavel

8 - Ponta Grossa (PR)

Palestra sobre "Plantões médicos – encaminhamento de pacientes" Promoção da Delegacia Seccional do CRM de Ponta Grossa Local: auditório da AMPG

10 - Foz do Iguaçu (PR)

Abertura do 56.º Concurso Nestlé de Atualização Pediátrica Promoção: Sociedade Brasileira de Pediatria

Local: Centro de Convenções do Hotel Bourbon

12 - Brasília (DF)

Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes do CFM e eleição da diretoria

16 - Curitiba (PR)

Solenidade do Dia do Médico, entrega do Prêmio de Monografia de Ética Médica, e do Diploma de Mérito Ético, além da posse da nova diretoria da Associação Médica do Paraná.

Local: auditório da AMP

expediente



Jornal do Conselho Regional de Medicina do Paraná - Gestão 1998/2003

Diretoria

Presidente: Cons. Luiz Sallim Emed / Vice-Presidente: Cons. Zacarias A. de Souza Filho / 1º Secretário: Cons. Daebes Galati Vieira / 2º Secretário: Cons. Roberto Bastos da Tesoureiro-Adjunto: Cons. Donizetti Dimer Giamberardino

Efetivos

Carlos Ehlke Braga Filho, Carlos Roberto Goytacaz Rocha, Daebes Galati Vieira, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Gerson Zafalon Martins, Hélcio Bertolozzi Soares, José Luiz de Oliveira Camargo, Kemel Jorge Chammas, Luiz Sallim Emed, Marcos Flávio Gomes Montenegro, Mariângela Batista Galvão Simão, Marília Cristina Milano Campos, Mauri José Piazza, Monica de Biase Wright Kastrup, Raquele Rotta Burkiewicz Roberto Bastos da Serra Freire, Rubens Kliemann, Sérgio M Molteni, Wadir Rúpollo e Zacarias Alves de Souza Filho.

Conselheiros

Alexander Ramajo Corvello, Antônio Carlos de Andrade Soares (Cascavel), Célia Inês Burgardt, Cícero Lotário Tironi , Iwan Augusto Collaço, Jorge Rufino Ribas Timi, José Eduardo de Siqueira (Londrina), Lúcia Helena Coutinho dos Santos, Luiz Antonio de Mello Costa (Umuarama), Luiz Jacintho Sigueira Antônio de Socorro Marques Ribeiro Bessa, Mario Stival, Mingo Okawa (Maringá), Niazy Ramos Filho, Nilson Jorge de Mattos Pellegrini (Foz do Iguaçu), Orlando Belin Júnior (Guarapuava), Renato Seely Rocco, Sérgio Luiz Lopes e Sylvio José Borela (Pato Branco).

Membros natos Emani Simas Alves / Luiz Carlos Sobânia / Duilton de Paola / Farid Sabbag/Wadir Rúpollo

Consultor Jurídico: Adv. Antonio Celso Cavalcanti de Albuquerque / Assessor Jurídico: Adv. Afonso Proenço Branco

Sede - Curitiba / Regionais da Saúde Estadual: Curitiba / Curitiba Norte / Curitiba Sul / Paranaguá Rua Marechal Deodoro, 497 - 3° andar / 80020-909 -Curitiba - PR / Fone: (0xx41) 322-8238 / Fax: (0xx41) 322-

• Delegacia Seccional de Cascavel

Regionais da Saúde Estadual: Cascavel

Rua Souza Naves, 3983 - Edif. Comercial Lince - 7° andar sala 705 - Centro - Cascavel - Paraná - Fone/Fax: (0xx45)

Presidente: Dr. Keithe de Jesus Fontes

Seccional de Apucarana Regionais da Saúde Estadual: Apucarana e Ivaiporã Rua Dr. Oswaldo Cruz, 447, sala 205, Edifício Continental, Centro/CEP 86800-720 - Apucarana - PR Fone (0xx43) 424-1417

Presidente: José Marcos Lavrador

 Delegacia Seccional de Foz do Iguaçu

Regionais da Saúde Estadual: Foz do Iguaçu / Toledo Rua Almirante Barroso, 1293 / 6° andar / Sala 604 / CEP 85.851-010/Fozdo Iguaçu - PR/Fone: (0xx45) 572-4770 Presidente: Dr. Nilson Jorge de Mattos Pellegrini

Delegacia Seccional de Guarap

Regionais da Saúde Estadual: Guarapuava / União da Vitória Rua Barão do Rio Branco, 779 - Sala 7 / 85010-040 -Guarapuava - PR/Fone/Fax: (0xx42) 723-7699 Presidente: Dra. Vera Lúcia Dias

 Delegacia Regional de Londrina
Regionais da Saúde Estadual: Londrina/Jacarezinho/Comélio Procópio Av. Higienópolis, 32 - 14º andar - Sala 1403 - Condomínio Empresarial Nexton Câmara / 86020-040 - Londrina - PR Fone: (0xx43) 321-4961 / Fax: 329-5347

 Delegacia Regional de Maringá
 Regionais da Saúde Estadual: Maringá / Paranavaí Rua das Azaléias, 209 - 87060-040 - Maringá - PR / Fone/ Fax: (0xx44) 224-4329

Presidente: Dr. Kemel Jorge Chammas

 Delegacia Seccional de Pato Branco
Regionais da Saúde Estadual: Pato Branco / Francisco Beltrão Rua Pedro Ramires de Mello, 326 - Sala 09 / 85501-250 -Pato Branco - PR

Fone/Fax: (0xx46) 225-4352 Presidente: Dr. Paulo Roberto Mussi

 Delegacia Seccional de Ponta Grossa
Regionais da Saúde Estadual: Ponta Grossa/Irati/Telêmaco Borba/Rua XV de Novembro, 512 - 7° andar - Sala 73 - CEP 84010-020 - Ponta Grossa-PR/Fone/Fax: (0xx42)224-5292

Presidente: Dr. Achilles Buss Junior

• Delegacia Seccional de Umuarama

Regionais da Saúde Estadual: Umuarama / Cianorte

Praça Biblia, 5302, sala 302 / Zona 1 / 87501 -670 / Edificio Cemed -Fone/Fax: (0xx44) 622-1160/Umuarama/PR

Presidente: Dr. Luiz Antonio de Mello Costa Fone: (0x44) 622-3820/622-6499 Delegacia Seccional de Campo Mourão Regional da Saúde Estadual: Campo Mourão

Caixa Postal nº 419 / CEP 87302-970 / Fone: (0xx44) 822-1048/Campo Mourão/PR Presidente: Dr. Antônio Sérgio de Azevedo Rebeis

Publicidade: Versátil Propaganda & Marketing / Fone: (0xx41) 323-

Jornalista Responsável: Hernani Vieira - MTb 993/06/98V-PR) Jornalista Assistente: Luciana Borges / Fotos: Luciane Motta / Projeto Gráfico e Editoração: Jump!
Comunicação - Fone/Fax: (0xx41) 362-0120 / Fotolito: Opta Originais Gráficos / Impressão: Optagraf / Tiragem: 13.000 exemplares



polê mica

Conselho ratifica posição contrária às casas de parto

stá sendo condenada pelo Conselho Regional de Medicina e Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Paraná a pretensão de se implantar indiscriminadamente no país, no âmbito do SUS, centros de parto normal que excluem o acompanhamento por profissional médico. Há consenso quanto a "inconveniência e retrocesso" da portaria editada em agosto pelo Ministério da Saúde se não observadas as características de cada estado.

A posição, já manifestada na reunião extraordinária do Conselho, em 10 de setembro, foi ratificada em novo encontro no dia 1.º de outubro, na sede da instituição, em Curitiba. Além dos conselheiros e delegados do CRM-PR, participaram da reunião o presidente da Sogipa, Hélcio Bortolozzi Soares, e os representantes das regionais da Sociedade em Cascavel, Pato Branco e União da Vitória/Porto União. A secretaria estadual e as municipais de saúde, assim como o MS e Conselho Federal estão sendo cientificados sobre a posição e a disposição em encontrar estratégias para o Estado.

Impraticável no PR

Na análise individual de todos os artigos, foram detectadas algumas distorções, tanto éticas como jurídicas. Uma das críticas mais contundentes ao conceito das chamadas "casas de parto" é quanto a uma possível tentativa de implantação de maneira generalizada no território brasileiro, visto que as regiões apresentam realidades totalmente diferentes.

"Pode ser importante a existência dos centros no Norte ou em algumas regiões do Nordeste do país, mas não tem o mesmo efeito em Curitiba, região metropolitana ou mesmo para o Paraná, que já dispõem de complexo hospitalar e infra-estrutura adequados", assinala o presidente do CRM, Luiz Sallim Emed.

De acordo com os conselheiros, também não dá para aceitar que o investimento que deveria ser direcionado para a rede de atendimento e para capacitação das pessoas que já atuam seja desviado para a "adaptação" dos centros. "Precisamos é investir na estruturação dos serviços já existentes e na capacitação de equipes obstétricas", reforçou Emed, chamando a atenção da responsabilidade dos secretários municipais de saúde nesse processo.

Ressaltaram os participantes da reunião que a assistência ao parto deve, sempre que possível, contar com a presença de um médico, de modo a reduzir os riscos a gestantes e bebês. Alertam que é impossível prever que um parto que começa sem qualquer distocia vai permanecer assim até o nascimento, o que pode agravar a transferência dessa mãe para um hospital, onde a perda de tempo pode



comprometer a vida do complexo mãe-feto.

Adequação

"Ao expor sua posição, o Conselho sai na frente, no sentido de proteger a sociedade e não criar diferenças de atenção", avalia Luiz Sallim Emed, numa referência às condições de assistência que pode ser oferecida a uma pessoa pobre e outra não. Ele chama a atenção para os índices positivos já conquistados pela cidade de Curitiba e muitas outras paranaenses, no que se refere

aos "nascimentos vivos" e à prevenção da mortalidade materna.

Ao participar do Seminário Nacional de Assistência Obstétrica no Brasil: desafios e estratégias de ação, o presidente do CRM declarou-se confiante de que a situação seja revista no Paraná, onde existem projetos sendo desenvolvidos há uma década, e que possa ser implementado um modelo local adequado. Ele entende que cresce o entendimento de que a assistência obstétrica deva ser adequada às condições de cada região.







casas de partos

Presidente do Cremesp considera retrocesso

primeira reunião realizada em Curitiba, sobre a questão de casas de partos, teve como convidado especial o presidente do Conselho de São Paulo (Cremesp), Pedro Paulo Roque Monteleone, que é ginecologista-obstetra e professor da Escola Paulista de Medicina.

Ativo participante da campanha nacional "Natural é Parto Normal", deflagrada pelo CFM, Monteleone vê como um "retrocesso brutal" a tendência de querer transformar a assistência ao parto em ato nãomédico". Ele teme que venham a ser ainda mais desanimadores os indicadores de saúde na área obstétrica. Hoje o Brasil tem uma mortalidade de 150 para 100 mil nascidos vivos, ocupando a 65.ª posição no ranking mundial, igualando-se aos índices da Tanzânia.

"Para que ofereçamos segu-

rança ao binômio mãe-filho, necessitamos de maternidades e berçários bem-equipados. Em situações e regiões em que isso é impossível, a casa de parto pode ser uma alternativa, mas não como regra", insiste o presidente do Cremesp. Ele ressalta que a tarefa de separar durante o pré-natal as gestantes de alto risco das de menor risco é até plausível, "mas dizer que uma mulher dará a luz através de parto normal e a outra não é uma missão praticamente impossível".

Monteleone cita que há uma série de situações complicadoras durante o parto ou pós-parto que exigem a pronta intervenção do obstetra. Exemplifica, baseado em estatísticas oficiais, de que 5% dos partos apresentam hemorragias durante o terceiro e quarto períodos.

Exigências

Pela portaria ministerial, os postos exigem como estrutura mínima: sala de admissão de parturientes, quarto para pré-parto e pós-parto e sala de estar para gestantes em trabalho de parto e acompanhantes. Como recursos humanos: enfermeiro-obstetra, auxiliar de enfermagem, auxiliar de serviços gerais e motorista de ambulância. O SUS paga hoje R\$ 194 por um parto normal, subindo para R\$ 207 quando há necessidade de um pediatra ou neonatologista. O custo médio, porém, é mais que o dobro.

Assistência obstétrica em debate

Seminário Nacional de Assistência Obstétrica no Brasil: desafios e estratégias de ação foi realizado em Curitiba, nos dias 4 e 5 de outubro. Entre os participantes estiveram o secretário de Assistência e Serviços de Saúde do Ministério da Saúde, Renilson Rehen; o secretário de Políticas de Saúde, João Yunes; e a coordenadora do programa Saúde da Mulher, Tânia Lago.

Armando Raggio, secretário estadual, apresentou projetos implementados no Paraná, enquanto Luciano Ducci, secretário de Curitiba exibiu o programa "Mãe Curitibana", referendado pelo Ministério da Saúde como exemplo no atendimento materno-infantil. Vários outros secretários estaduais e municipais participaram.

Representantes do MS disseram que um dos objetivos do encontro foi



Armando Raggio, Tânia Lago e Renilson Rehen.

discutir e estabelecer uma política nacional que facilite o intercâmbio e a troca de experiências entre os estados, alguns implementando projetos com resultados eficientes. Dentre as preocupações do governo federal está a falta de acompanhamento pré-natal, que hoje alcança 14% das mulheres brasileiras (no Paraná o índice de 6%). Dados nacionais ainda indicam que morrem, durante ou pós-parto, 100 mulheres a cada mil partos com crianças que nascem vivas (no PR a proporção é de 79, baixando para 31 em Curitiba).

LEC le Eletrofisiologia de Curitiba

Laboratório de Eletrofisiologia de Curitiba Diagnóstico e tratamento de pacientes com arritmias cardiacas. Avaliação e seguimento de pacientes portadores de Marcapasso Cardiaco e Cardioversor-Desfibrilador Implantável.

Eletrocardiograma de Repouso e Esforço Eletrocardiograma de Alta Resolução Holter de 24 horas Teste de Inclinação ("Tilt Test")

Registrador de Eventos ("Looper") Estudo Eletrofisiológico Invasivo Ablação por cateter Dr. José Carlos Moura Jorge - скм 5133 Dra. Elenir Nadalin - скм 10566 Dr. Márcio Augusto Silva - скм 16359 Hospital Universitário Cajurú Av. São José, 300 - Cajurú Fone/Fax (0XX41) 262-2294/262-4794 E-mail: lec@ria13.pucpr.br

profissão

Crítica à proliferação de escolas médicas

presidente do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp), Pedro Paulo Roque Monteleone, participou como convidado especial da reunião da diretoria do CRM-PR de 10 de setembro, quando foi colocada em primeira discussão a portaria do Ministério da Saúde sobre a implantação dos Centros de Partos Normais, ou Casas de Partos. Depois de participar dos debates e expressar sua posição de contrariedade à forma como se lançou o projeto, o presidente do Cremesp fez algumas considerações para o Jornal do CRM sobre outros temas de relevância e interesse da classe médica.

A maior crítica de Pedro Paulo Monteleone é com relação à abertura de novas escolas de Medicina no país. Ele considera uma catástrofe e uma atitude irresponsável dos nossos governantes se permitir o funcionamento de novos cursos, lembrando que há 14 pedidos sob apreciação e que, mesmo sem o parecer, algumas estão funcionando mediante portarias, o que é possível. Cita que, em seu estado, Marília ganhou a segunda faculdade, a exemplo de Santos, enquanto Ribeirão Preto está abrindo a segunda e também a terceira.

O presidente do Cremesp diz

que São Paulo, com as quatro novas unidades, passou para 23 faculdades em funcionamento, o que representa um universo de 2,3 mil vagas por ano. Atualmente, já são 1,9 mil os formandos de cada ano. O estado tem 76 mil médicos, numa relação de um para cada grupo de 400 habitantes. A proporção acentuada na capital e ainda em Ribeirão Preto e Campinas, com um para cada grupo de 250 habitantes, uma das médias mais elevadas do país e quatro vezes maior que o índice preconizado pela Organização Mundial de Saúde.

Qualidade de ensino

Monteleone entende ser difícil fazer uma análise da qualidade das escolas que estão sendo inauguradas. Mas não tem dúvida de que os cursos, de modo geral, não são de qualidade. Antes de abrir mais cursos, ele acha que a preocupação deveria ser centrada em qualificar melhor as já existentes. Outra opinião sua é de que o médico formado nas universidades públicas está numa posição mais privilegiada que os das escolas privadas, como demonstram as estatísticas de acesso à residência.

Tal fenômeno, entende o presidente do Cremesp, tem origem na metodologia do ensino. "Na

Rwchelle

Park Hotel ss

faculdade pública o docente faz ensaio, assistência e pesquisa. Na particular, ganha por hora/aula. Pode fazer assistência, mas um pouco incipiente. Sem o trinômio ensaio, assistência e pesquisa, algumas escolas mais se comparam com escolas técnicas. O resultado é um aluno insuficiente formado e sem visão macro da Medicina, alheio a ciais...", avalia.

Monteleone entende que o mercado absorve mal o médico generalista, com uma formação mais apurada que o especialista. Na passagem do Dia do Médico, Cremesp estará lançando a campanha "Muita escola médica faz mal à saúde". Através de cartazes, inserções em revistas e outros meios, o Conselho quer insistir no problema da proliferação das faculdades, que no país já somam 92, seis delas sem registro. O Cremesp tem participado ativamente de outras campanhas, como contra a violência e de defesa do parto normal, que já apresentam resultados



aspectos éticos, so- Gerson Zafalon Martins, Luiz Sallim Emed e ciais " avalia Pedro Paulo Roque Monteleone.

práticos em algumas regiões, como Limeira e Franca.

A exemplo do que vem ocorrendo no Paraná, o Conselho de São Paulo, conforme seu presidente, tem procurado difundir os assuntos éticos através das mais diferentes formas. E sobre a proposta dos Ministérios da Educação e Saúde, do residente complementar sua graduação em serviço nas regiões carentes do país, Monteleone considera impraticável da forma como chegou a ser apresentada, exceto em condições onde o médico tenha com quem aprender e haja supervisão.

Jeito Mais Saudável de ficar em Curitiba

ptar pelo Roochelle faz bem para a saúde. Você vai estar bem no centro da cidade, vai poder contar com serviços de qualidade, conforto e muita organização. O Roochelle também oferece uma excelente estrutura de apoio para realizar simpósios, convenções e palestras.

Curitiba, sem stress, é no Roochelle.

*Consulte-nos: tarifas promocionais para os finais de semana.

Rua Tibagi,307 _{FGY} - Curitiba-PR Tel.(41) 322.8989 Fax: (41) 224.1018

Toll Free: 0800-411018 http://www.roochelle.com E-mail: hotel@roochelle.com



aborto: direito da mulher?

Estudante do Maranhão vence Prêmio de Monografia

s estudantes Deíla Barbosa Maia, de São Luiz (MA), e Maurício Venâncio Sperandio, de Curitiba, são os vencedores (1.º e 2.º lugares) da edição 1999 do Prêmio de Monografia de Ética Médica, do Conselho Regional de Medicina do Paraná. Criado há 13 anos, o concurso este ano passou a ser dirigido exclusivamente a estudantes, de todas as áreas, e teve como tema "Aborto: direito da mulher?"

O resultado foi anunciado na reunião de diretoria do CRM do dia 29 de setembro, pelos integrantes da comissão julgadora — Iseu de Santo Elias Affonso da Costa (presidente), Ary de Christan e Reginaldo Werneck Lopes, todos da Academia Paranaense de Medicina. A apreciação dos trabalhos por acadêmicos ocorre pelo terceiro ano consecutivo. A premiação vai acontecer em meio aos festejos do Dia do Médico e os vencedores estão convidados a participar.

O primeiro lugar coube a Deíla, que cursa o 12.º período de Medicina na Universidade Federal do Maranhão e também o 7.º período de Direito na mesma universidade, além de ser bolsista do Programa Especial de Treinamrento (PET), em Direito. Ela utilizou o pseudônimo de "Tekila" em sua monografia, titulada de "Aborto em malformações congênitas graves: eugenia ou direito da

mulher?". A estudante residente na capital maranhense vai receber R\$ 2 mil em dinheiro e certificado. Também seu trabalho será publicado na Revista Arquivos, do CRM-PR.

Maurício Sperandio, morador do bairro Uberaba, em Curitiba, usou o pseudônimo de "Alberto Candeia" em sua monografia, que versou sobre "A humanização do concepto e seu direito à vida". Estudante do 2.º período da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, Maurício vai receber R\$ 1 mil e certificado. Seu trabalho também será veiculado na revista do Conselho.

Na conclusão de Deíla Barbosa Maia em sua monografia, ela expressa que "consideramos que o aborto em malformações graves, incompatíveis com a vida, é um direito da mulher pelos seguintes motivos: os transtornos psíquicos que esta situação pode acarretar à mãe; a precisão com que atualmente já se dispõe para diagnosticar tais anormalidades e a segurança para efetuar a interrupção da gravidez; o alto índice de abortos espontâneos, em casos de malformações graves, o que pode restringir as atividades normais da mãe ou ainda arriscá-la a sofrer um aborto espontâneo em lugar e sem condições adequadas de atendimento; e, por fim, a obrigatoriedade em continuar uma gravidez deste tipo, mesmo contra a vontade da mulher, pode levá-la a, em atitude de desespero, procurar fazer um aborto clandestino, o que, sem dúvida, coloca em risco a sua vida e/ou sua capacidade reprodutiva futura, com graves repercussões individuais, familiares e sociais".

A estudante defende, contudo, que tal tipo de aborto "só seja efetuado nas seguintes condições: após a perícia de dois médicos, para que se tenha certeza diagnóstica; com consentimento da gestante e não oposição justificada do cônjuge; e realizado por médico, em ambiente apropriado". Ela prossegue: "Consideramos de fundamental importância a desmistificação deste controverso problema do aborto no Brasil. E para que isso aconteça, é necessário que se faça uma ampla e continuada discussão sobre o assunto."

A acadêmica ressalta que o mérito da monografia reside mais na possibilidade de se debater a questão. "Sem dúvida, este é um tema extenso, em que várias facetas têm de ser analisadas, dificilmente chegando-se a um consenso que agrade a todos. Mas, mesmo assim, a reflexão e discussão científica do problema é indispensável para que muitas mulheres não tenham seu sofrimento exacerbado pela intolerância ou silêncio, que as deixa à mercê de pessoas sem conhecimento ou condições adequadas para atendê-

las de forma condigna".

Ainda na análise de Deíla Maia, "não se pode tratar um tema tão complexo e delicado com cenas de histeria. É preciso pensar no aborto como uma questão de saúde pública, que precisa de políticas públicas em sintonia com as necessidades da população". Ao encerrar, ela usa a citação da deputada Odete Santos, de Portugal — país onde se votou um plebiscito sobre o aborto -: "Aos deputados não cabe decidir sobre o foro íntimo, seja de quem for. Cabelhes aprovar uma lei que não obrigue ninguém a abortar, mas permita que quando haja necessidade de fazer, que o faça em condições de assistência e acompanhamento".

Vencedores de 98

Na edição do ano passado, quando o concurso era extensivo a profissionais, os autores da monografia escolhida em 1.º lugar foram o advogado e professor Marco Aurélio Marin, e o acadêmico de Direito Danilo D'Addio Chammas, ambos de São Paulo. O tema foi "O futuro do médico, sua autonomia, seus direitos e limites". No ano anterior, também Marin e Chammas tinham sido os ganhadores. O tema da monografia foi "Manipulação genética e ética médica".





mérito ético

Homenagem a médicos com 50 anos de profissão

issa de ação de graças, às 19 horas de 16 de outubro, marca a abertura da solenidade oficial de comemoração ao Dia do Médico, promoção conjunta do Conselho Regional de Medicina e Associação Médica do Paraná. Os festejos, que terão lugar no auditório da sede da AMP, em Curitiba, foram antecipados de segunda-feira (18) para sábado (16), possibilitando participação mais efetiva dos médicos na confraternização e a presença de homenageados que residem fora da capital paranaense.

A nova diretoria da Associação Médica para o biênio 1999/2001 será empossada durante a cerimônia, a partir das 20 horas. Também haverá a premiação dos ganhadores do concurso de pinturas. Às 21h começa a ser desenvolvido o programa do Conselho de Medicina, com entrega do Prêmio de Monografia de Ética

Médica, que este ano versou sobre "Aborto: Direito da mulher?", e a entrega do Diploma de Mérito Ético-Profissional a 20 médicos que completaram 50 anos de trabalho irrepreensível.

Diploma de Mérito Ético

Durante os festejos comemorativos ao Dia do Médico, o Conselho Regional de Medicina do Paraná vai prestar homenagem a mais 20 profissionais que completaram meio século de atuação sem qualquer processo disciplinar. Eles serão contemplados com o Diploma de Mérito Ético-Profissional, comenda instituída há 14 anos e que eleva a 238 o número de homenageados.

A relação de médicos que receberão o Diploma e o troféu comemorativo (foto em destaque) foi aprovada na sessão plenária n.º 1.096, de 20 de setembro. São 17 homens e três mulheres. À exceção

de dois dos profissionais — que cursaram na faculdade Nacional de Medicina Universidade do Brasil (RJ) e Faculdade de Medicina de

Porto Alegre —, todos os demais se formaram em dezembro de 1948 pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná.

Relação dos médicos a serem agraciados pelo CRM-PR com o Diploma de Mérito Ético-Profissional de 1999:

- Dr. Amadeu Prada Beduschi (CRM n.º 1.361), residente em Curitiba
- Dr. Augusto Luiz Grohmann Filho (774), de Mandaguari
- Dr. Carlos José Taques Franco de Souza (77), de Curitiba
- Dra. Célia Paciornik Galbinsky (559), de Curitiba
- Dr. Celso Menandro Silveira Fontes (1966), de Bandeirantes
- Dr. Edgar Barbosa Ribas (368), de Curitiba
- Dr. Francisco Sansone (1354), de Curitiba
- Dr. François Moura Gheur Netto (267), de Curitiba
- Dr. Frederico Guilherme Keche Virmond (2.763), de Guarapuava
- Dr. Geraldo Maria de Cicco (2.471), residindo em Campinas (SP)
- Dr. Hamilton Calderari Leal (255), de Curitiba
- Dra. Iorfina Moura de Melo (941), de Maringá
- Dr. Lino Ercole (2.175), de Campo Largo
- Dr. Manoel Andrade (1.092), de Campo Mourão
- Dr. Mario da Silva Sampaio (2.986), de Curitiba
- Dr. Oriente Franco de Godoy (309), de Curitiba
- Dr. Paulo de Tarso Monte Serrat (1.000), de Curitiba
- Dr. Sebastião Avelino Lopes (166), de Curitiba
- Dra. Tazir Leprevost (281), de Curitiba
- Dr. Walter Alberto Pecoits (740), de Francisco Beltrão











especial

Movimento nacional re fonte de custeio do S

movimento nacional em defesa da saúde reuniu mais de 2,5 mil pessoas em Brasília, no dia 22 de setembro, na maior manifestação do setor e que contou com o apoio de todas as instituições relacionadas a prestadores de serviços, usuários e gestores estaduais e municipais do SUS, além de parlamentares. A mobilização veio demonstrar o quanto é preocupante a situação e que se torna imprescindível a definição de fontes de custeio do sistema nas três esferas de governo e também o reajuste linear imediato de 40% na tabela de procedimentos e mais 50% não linear até o final do ano, para suprir defasagem que chega a 109%.

Os participantes do movimento esperavam acompanhar a votação da emenda constitucional que expressa a vinculação orçamentária dos recursos da saúde, que foi adiada, pois o Legislativo ainda estava empenhado no processo de cassação do deputado Hildebrando Pascoal (e em seguida com a revisão da Previdência/aposentadorias). Apesar do adiamento, todas as lideranças políticas foram contatadas e instadas a garantir a votação da PEC (que vem da 169 a 82A, chegando a 82B, que condensa

todas) que fixa um percentual mínimo de recursos, a exemplo do que ocorre com a educação.

Protesto e reivindicações

O protesto começou na manhã de 22, com a concentração defronte ao prédio do Ministério da Saúde, na Esplanada dos Ministérios. Depois, teve início a caminhada até a Praça dos Três Poderes. À tarde, uma comissão entregou documento com mais de 50 mil assinaturas ao presidente da Câmara, Michel Temer, pedindo a aprovação das emendas em regime de urgência. A proposta ratificada pela Comissão de Seguridade Social e da Família, Frente Parlamentar da Saúde, Subcomissão Especial para Estudos das Tabelas de Procedimentos do SUS e Subcomissão Permanente da Saúde visa determinar responsabilidades nas três esferas de governo

A União teria a aplicar percentual de arrecadação das contribuições sociais dos empregados e incidentes sobre faturamento e lucro das empresas. Assim, 48% da receita da Cofins (no início) e 0,20% dos 0,38 do CPMF seriam destinados à saúde. Estados e municípios teriam a destinar percentuais crescentes de suas receitas para com a saúde. Os estados

começariam com 8% e os municípios com 10%, chegando a 12% e 15%, respectivamente, em 2003. Hoje os estados aplicam entre 3% a 4%, enquanto muitos municípios, inclusive paranaenses, já se posicionam próximo do patamar reivindicado. A vinculação, se aprovada, implicaria em aumentar o orçamento dos atuais R\$ 28 para 39 bilhões/ano.

Necessidades

O presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu a séria crise a que passa o setor de saúde e disse esperar a matéria ser apreciada com brevidade pelo Legislativo. Também o ministro José Serra avaliou ser imprescindível a definição de fontes de financiamento do sistema, sob pena de agravamento da crise que envolve todo o complexo prestador de serviços, onde hospitais conveniados estão endividados, fechando ou deixando o sistema, o mesmo ocorrendo com profissionais de saúde. Estimativas da Confederação das Misericórdias indicam que cerca de 200 Santas Casas fecharam ou estão prestes a fazê-lo.

"Conseguiu-se, pela importância, que a matéria entrasse na pauta de votação. A grande diferença é que o governo dizia não ser favorável a qualquer vinculação de recursos.



Manifesto pela saúde reuniu cerca

Agora já aceita e conduz ao estudo dos valores", declara Luiz Sallim Emed, presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná, que teve participação ativa no movimento ao lado de representantes de outras instituições de saúde do país. Emed considera ainda que a revisão da tabela "é fundamental" para corrigir distorções existentes e valores extremamente defasados em alguns procedimentos. "Corre-se o risco de,







ivindica definição de JS e reajuste da tabela



EM DEFESA DO SUS CONSELHO FEDERAL DE MEDICIN ONSELHOS REGIONAIS DE MEDIC



de 2,5 mil pessoas em Brasília.

consumada a melhoria orçamentária, não haja a contrapartida e perdurem as dificuldades atuais, com os recursos ficando em atividades de saúde mas não na atividade-fim", adverte.

Problema histórico

Uma das grande conquistas da Constituição de 1988, o sistema que assegura o acesso à saúde sempre teve como principal problema a falta de uma fonte específica de custeio. A situação se agravou quando da edição

do Plano Real, que na conversão a partir da URV o governo impôs uma redução de 9,5% na tabela de procedimentos. A defasagem continuou crescendo por conta da inflação. Entre julho de 94 a maio deste ano, os custos na área de saúde aumentaram 109%, conforme o Fipe-Saúde. No mesmo período, o Ministério da Saúde concedeu um abono de apenas 25%.

O fechamento de unidades hospitalares ou o afastamento do sistema tem sido uma constante em todo país, assim como o índice de inadimplência com relação a obrigações fiscais e previdenciárias e débitos com fornecedores e bancos. Na hipótese de não ser oferecida uma solução iminente, duas iniciativas serão analisadas pelas entidades representativas: rescindir o contrato com o SUS em 60 dias e ingressar com ações judiciais visando a recuperação dos preços, mantendo assim o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

R\$ 2,55

é quanto o SUS paga por uma consulta médica

Contato com lideranças políticas

A Comissão Nacional Pró-SUS, criada pelo Conselho Federal de Medicina, designou diferentes grupos para solicitar apoio das lideranças políticas durante a manifestação em Brasília. O presidente do CRM-PR, Luiz Sallim Emed, foi encarregado da visita aos líderes do PTB e PPB, a exemplo dos representantes dos Conselhos de Sergipe, Tocantins e Amapá.

Entidades participantes

Conselho Federal e Regionais de Medicina; Conselho Federal de Odontologia; Conselho Federal de Enfermagem; Colégio Brasileiro de Radiologia; Associação Médica Brasileira; Sociedades Brasileira de Anestesiologia; Soc. Bras. de Cardiologia; Soc. Bras. de Cir. Laparoscópica; Soc. Bras. de Dermatologia; Soc. Bras. de Ginecologia e Obstetrícia; Soc. Bras. de Oftalmologia; Soc. Bras. de Patologia Clínica; Soc. Bras. de Hemoterapia; Soc. Bras. de Pediatria; Conselho Nacional de Saúde (CNS); Federação Brasileira de Hospitais; Federação dos Hospitais do Paraná (Fehospar); Confederação das Misericórdias do Brasil; Associação Bras. de Hospitais Universitários e de Ensino; Abrasp; Abimo; Conass; Connasems; Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); CUT e CGT, entre outras.

Número de leitos do SUS

Unidades hospitalares	n° de leitos	Percentual
Próprios (MS)	113	(0,02%)
Sindicatos	128	(0,03%)
Federais	6.948	(1,39%)
Estaduais	55.788	(11,19%)
Municipais	53.954	(10,83%)
Universitários	49.406	(9,92%)
Filantrópicos	156.285	(31,37%)
Contratados	175.612	(35,25%)

Para cuidar da sua saúde financeira, só mesmo uma equipe de experts em faturamento.

terceirize o seu faturamento, só tem vantagens

Serviços realizados por profissionois
 Agilidade na entrega das contas
 Controle total da situação financeira da empresa ou consultório
 Redução de gastos com pessoal
 Redução de gastos com material de escritório
 Facilidade no contato com os convênios
 Negociação de glosas



(041) 223-7238 sosdoutor@onda.com.br celular 979-4266



Defesa médica. Causas éticas, civeis e penais Assistência jurídica a Clínicas e Hospitais

fone(41) 323-4839 / 233-2863 fax(41) 232-4839 / 233-3323 E-mail: herromedico@uol.com.br Al. Dr. Carlos de Carvalho,771 cj. 805 Curitiba /PR • CEP 80430-180

especial

Lições de um cotidiano de dificuldades

Jornal do CRM reproduz o conteúdo de correspondência encaminhada pela direção clínica do Hospital Municipal Anna Fiorillo Menarim, de Castro (PR), ao diretor clínico do Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba, Dr. Donizete Dimer Giamberardino Filho. O texto é um retrato da atual situação da saúde no país e mostra algumas das dificuldades que médicos e demais profissionais de saúde enfrentam para cumprir sua função de salvar vidas. Confira o texto assinado pelo Dr. Matilvani Moreira, diretor clínico:

"Em 19 de agosto, atendemos em Pronto-Socorro dois pequenos pacientes, o André de sete anos e Andressa de quatro anos, com metehemoglobinemia por ingestão acidental de dapsona. Os pacientes careciam de cuidados intensivos. Constatando a necessidade de UTI, iniciamos uma incansável procura, via telefone, por duas vagas em UTI.

Ligamos para vários hospitais. Em

alguns, os médicos nem nos atendiam. Em outros, atendiam-nos, mas não permitiam que iniciassemos a nossa história. Em um hospital ouvimos gargalhadas de uma pessoa que disse ser enfermeira, quando justificamos que precisávamos de duas vagas em UTI. Não se im-

portavam com nossos pequenos pacientes.

Mas felizmente, ao entrarmos em contato com a didos por uma médica, Doutora Adriana, que ao ouvir pacientemente a nossa história, também

ficou preocupada e interessou-se pelas crianças. A médica Adriana disse com tristeza (foi possível perceber isto em sua voz!) que só havia uma vaga e que mandássemos uma das crianças. Neste momento, um misto de alegria e tristeza tomou conta da equipe do nosso Pronto-Socorro. Alegria, pois

sabíamos que uma criança estaria salva. Tristeza, porque não sabíamos o destino da outra. Fizemos uma rápida reunião e decidimos que encaminharíamos o menino, pois ele estava com 140 de freqüência cardíaca, enquanto a menina estava com 120 batimentos

> cardíacos por minuto. A angústia era grande! Estávamos chocados com a decisão que tivemos de tomar. Caía em nossas mãos o poder sobre a vida ou a morte de duas crianças indefesas.

> A mãe estava "abobada". Não entendia a nossa

decisão. Disse que não poderia deixar a sua filha aqui no Pronto-Socorro, enquanto o seu filho iria para a UTI!

Providenciávamos o encaminhamento e tocou o telefone. Disseram que era do Hospital Pequeno Príncipe. A maioria de nossa equipe, meio que conformada com o caos no sistema de saúde, disse:

"Cancelaram a vaga!!!" A apreensão foi grande. Mas para a nossa satisfação, a Doutora Adriana informou que tinha conseguido mais uma vaga e que encaminhássemos as duas crianças. Fomos tomados por uma forte emoção.

Peço, Senhor Diretor, que dê conhecimento deste memorando à Doutora Adriana e que agradeça à mesma em nosso nome.

O caos na saúde existe, mas ainda há profissionais médicos que não se deixam envolver pelo desânimo que às vezes, e quase inevitavelmente, nos atinge. Estes, ainda, se emocionam quando vidas estão em jogo. Nós não podemos perder a nossa capacidade de indignação. A Doutora Adriana está entre estes profissionais. Parabéns à Doutora Adriana e ao Hospital Pequeno Príncipe por ter no seu quadro profissional uma médica de tão elevado nível.

Obrigado, Hospital Pequeno Príncipe! Obrigado Doutora Adriana Zaniolo!"

"Caía em nossas MÃOS O PODER UTI do Hospital Peque- SOBRE A VIDA E A no Príncipe, fomos aten- MORTE DE DUAS CRIANÇAS INDEFESAS"











Contribuição sindical

Afinal, o médico deve ou não pagar?

Sim, deve.

Sua cobrança é legal. Esta determinação é válida para qualquer profissão. A condição do médico, apesar de se revestir de algumas características especiais, podendo atuar como profissional autônomo, e ao mesmo tempo, exercer atividade como empregado de empresas, com carteira assinada, e/ou exercer cargo público, não é diferente de qualquer outro trabalhador, no que diz respeito às obrigações para com sua categoria profissional.

O texto legal (Art. 579 da CLT) é claro quando determina que "A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ..."; O não pagamento desta contribuição, implica, nos termos do Art. 599 da mesma lei, em "...suspensão do exercício profissional, até a necessária quitação, a ser aplicada pelos órgãos públicos ou autárquicos disciplinadores das respectivas profissões mediante comunicação das autoridades fiscalizadoras.

A portaria 3312 de 24 de setembro de 1971, do Ministério do Trabalho, estabelece que "...o pagamento das anuidades devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional ficará condicionada à comprovação de quitação da contribuição sindical."

Mas, deixando de lado os aspectos legais desta contribuição, questiona-se: O que o sindicato dos médicos tem feito pela categoria para justificar mais esta despesa que o médico é obrigado a ter? Dito de outra forma: O que é feito com o dinheiro arrecadado?

O sindicato faz-se presente: toda vez que a empresa é obrigada a respeitar um piso salarial estabelecido pela categoria em Convenção Coletiva Anual promovida pelo

Sindicato; quando procede a homologação da dispensa do médico pela empresa, analisando sua legalidade e fiscalizando a correta aplicação da lei no cálculo do salário, indenizações e benefícios a que tem direito; em Dissídios Coletivos; promovendo reuniões nas empresas para firmar Acordos Coletivos com as mesmas e/ou com Sindicatos Patronais, negociando jornadas de trabalho, salários, horas extras, etc.; quando tem de entrar com ações judiciais trabalhistas em defesa de um ou de todos os médicos, independente de suas condições de sócios ou não sócios do Sindicato; participando das discussões sobre a fixação de pisos salariais para a categoria e outros benefícios. Estas são algumas ações mínimas que qualquer sindicato é obrigado a executar. Todas as despesas decorrentes destas ações são custeadas pelo sindicato que tem, atualmente, na contribuição sindical a principal fonte de

Mas isto não é suficiente, reconheçamos. Existem sindicatos, de modo geral, independentemente da categoria econômica que representam, que atuam como grandes "empresas prestadoras de serviço". Agenciam empregos, prestam serviços odontológicos, médicos, de assistência social, promovem atividades esportivas, científico-culturais, administram para os seus associados o pagamento de contas, encargos sociais de funcionários, impostos, alvarás, imposto de renda, etc. e principalmente, propiciam assistência jurídica ao associado, tanto na área trabalhista, como na área cível e criminal, 24 horas por dia, através de um eficiente corpo de assessores jurídicos especializados. Tudo isso, sem falar na representação política da categoria que implica em participação ativa nos movimentos reivindicatórios em todos os níveis, com órgãos de divulgação hipertrofiados e altamente sofisticados. Tais sindicatos contam com sede própria,

funcionários especializados, uma ampla rede de delegacias cobrindo todas as regiões do estado e um quadro social que abrange a maioria dos trabalhadores da categoria. Cinco, dez mil sócios que pagam uma pequena taxa de contribuição social mensal (nada a ver com a contribuição sindical anual que é obrigatória). Com a contribuição social (opcional) e a contribuição sindical (obrigatória), o sindicato teria recursos para promover benefícios e serviços para toda a categoria médica. Sem os recursos necessários fica impossível uma atuação mais adequada em defesa dos colegas médicos.

Por outro lado, a nossa condição de autônomo nos leva a situações esquizotípicas.

Como a daquele colega que, numa assembléia local para acertar acordo coletivo com a empresa, promovido pelo Simepar, reclamava de maneira agressiva, alegando que o sindicato nada fez para defendê-lo em uma ação que corria na justiça, movida por um funcionário da empresa onde trabalhou por cinco anos, que o havia denunciado por "erro médico". Perguntado sobre a sua condição de sócio do Simepar, verificou-se que o mesmo nunca pagara contribuição social, e sequer a contribuição sindical como médico autônomo. No entanto a sua empresa recolhera o imposto sindical (através de desconto em folha) e destinara o dinheiro de um dia seu de trabalho ao ano, para outro sindicato, inclusive aquele que agora estava denunciandoo. Moral da história: o médico, sem se aperceber, havia financiado durante cinco anos o seu algoz. Caso apresentasse nessa empresa a contribuição sindical anual (obrigatória), o seu dinheiro seria destinado ao sindicato dos médicos, que seria usado em seu benefício e não a um "pool" de sindicatos de outras categorias que acabam acusando os profissionais médicos.

Infelizmente, atitudes de repúdio ao movimento sindical adotadas pelo médico

durante todos esses anos, tem servido somente para prejudicá-lo, pois se deixa de contribuir para reforçar um departamento jurídico do órgão que, por lei deve defendê-lo, vai, inexoravelmente, contribuir para um sindicato de outra categoria profissional que poderá processá-lo mais tarde.

São inúmeros os processos movidos contra médico na justiça, em todas as instâncias. Boa parte deles ocorre pelo atendimento aos usuários do SUS insatisfeitos.

Muitas vezes o médico, apesar das péssimas condições de trabalho, salva uma vida. Recebe por isso, como único pagamento, míseros reais e centavos, que o Sistema Único de Saúde paga muito a contragosto de alguns. Vê-se, então, às voltas com intimações judiciais para prestar depoimentos em delegacias, no Ministério Público e/ou no CRM, acusado de erro médico. Tal acusação nem sempre parte do paciente, mas decorre de interpretações erradas e/ou maldosas de familiares que às vezes visam obter vantagem pecuniária. Na maioria das vezes, como comprova o resultado dos processos arquivados no CRM, o médico é absolvido. Mas, até que isto ocorra, teve que arcar com despesas e prejuízos morais incomensuráveis em processos que se arrastam durante anos.

O Sindicato pode e deve atuar nesses casos em defesa do médico. Mas, para que isto ocorra, há que se dar ao mesmo a legitimidade e os recursos necessários. Portanto, fica aqui o nosso apelo para que o médico participe deste órgão, não só pagando por um "serviço", mas participando ativamente das decisões da categoria nos eventos promovidos pelo Sindicato.

Dr. Mário Stival Secretário Geral do Sindicato dos Médicos no Paraná

GRAND HOTEL RAYONZAX

Inaugurado em 1993, o Rayon vem colecionando prêmios. 1995-eleito pelo Guia Brasil-Quatro Rodas como Hotel Revelação do ano no Brasil. 1998-eleito o melhor hotel de Curitiba, pela Revista Latin Finance. 1999-eleito o melhor hotel do Paraná pela ABRAJET.



Localizado no Centro de Curitiba, ao lado da Rua 24 horas, o Rayon proporciona conforto, luxo e sofisticação para quem viaja a lazer ou a negócios. Conheça também o GARBO, o único restaurante em Curitiba de cozinha internacional que serve 24 horas ao dia.

*Consulte-nos: tarifas promocionais para os finais de semana.



Rua Visconde de Nácar, 1424 Curitiba. PR. Fone: (41)322.6006.E-mail:hotel@rayon.com.br

opiniã o

Medicamentos

J. RODRIGUES NETO (*)

omo se não bastassem as dificuldades normais para a prática médica, eis que agora surge mais um complicador: entra em cena o preço dos medicamentos. Atingiram níveis insuportáveis.

Para efeito de bom entendimento, poderíamos comparar os atos médicos — desde a consulta até a cura — como uma corrente formada por vários elos interligados. Eles seriam: desempenho da recepcionista, consulta médica, nível técnico profissional, exames de laboratório, responsabilidade do paciente, a dieta, medicamentos, horários, higiene e, quase no fim da corrente, apareceu mais um ponto frágil que está sendo rompido com frequência, comprometendo o sucesso do trabalho médico. Estamos nos referindo ao preço dos medicamentos e produtos farmacêuticos.

Como resolver esta questão se a indústria farmacêutica — praticamente

— é toda vinculada a capitais externos e obedece a políticas econômicas das empresas fabricantes?

Como resolver, se nosso atraso tecnológico é antigo e não se nota qualquer esforço do governo para superar este descompasso, enfrentando as multinacionais?

Como resolver, se o início incipiente da nossa própria indústria nacional — a Ceme — foi sabotada de todas as formas possíveis até chegar à inoperância efetiva?

Como, se os setores de pesquisa na área foram obstacularizados, praticamente, até a morte? O início do desmanche começou no governo Collor de Mello.

É uma enrascada considerável. As previsões eram as mesmas a partir do momento em que o país permitiu, por corte de verbas, o sufoco das nossas pesquisas nacionais. Sem recursos, todos chegaram à inanição, perecendo por anemia econômica.

Não poderia ser diferente a partir do momento que o governo, hipnotizado pelas sereias da globalização, arrebentou as nossas portas para facilitar a atuação dos monopólios internacionais na área farmacêutica.

É desalentador imaginarmos que a um custo relativamente baixo poderíamos ter nossa própria indústria farmacêutica básica, com quantitativo de aproximadamente 100 produtos, produzidos pelo próprio Poder Público, para resolver as questões fundamentais no atendimento à saúde de nossa gente.

Quanto ao resto — as conhecidas caixinhas coloridas das prateleiras dos shoppings de medicamentos —, poderíamos tentar seguir à risca o preceito do filósofo francês Voltaire, anunciado há mais de 200 anos: jogar tudo ao mar, fazendo enormes "malefícios aos peixes e um grande benefício para a humanidade".

É um exagero, mas existe quem concorde com a idéia.

(*) **J. Rodrigues Neto** é médico e escreve sobre temas da atualidade (e-mail jrn@ubinet.com.br)

notas

Curso de Biomedicina

O curso de Biomedicina será a novidade do próximo vestibular da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em janeiro de 2000. O anúncio foi feito pelo reitor Jackson Proença Testa em setembro, justificando necessidade de mercado. O novo curso, cuja grade foi constituída a partir de similar da Escola de Medicina de São Paulo, vai formar professores e pesquisadores, que poderão atuar em instituições de ensino superior e institutos de pesquisa nas áreas de ciências biomédicas.

Médicos premiados

Os ginecologistas brasileiros Carlos Gilberto Almodim, de Maringá, e Antônio Fernandes Moroni, de São Paulo, ganharam o primeiro prêmio de videocirurgia fetal conferida pela Sociedade Americana de Medicina Reprodutiva, com sede nos Estados Unidos. Eles desenvolveram uma técnica de videocirurgia que permite corrigir anomalias do feto ainda na barriga da mãe. A premiação aconteceu em 29 de setembro, em Toronto, durante o congresso anual conjunto da Sociedade Americana e a Sociedade Canadense de Fertilidade e Andrologia.

Banco de empregos

A prefeitura do município de Pedro Gomes, no Mato Grosso do Sul, anuncia estar abrindo uma vaga para médico cirurgião atuar no Centro de Saúde e Hospital Municipal. O salário será de R\$ 6,3 mil e estará vinculado ao Fundo de Participação dos Municípios, com repasse no dia 20 de cada mês.

Informações com o secretário de Saúde, Silvio Carlos de Moraes pelo telefone (0xx 67) 230-1389.











o p i n i ã o

A ética dos médicos e a lei dos genéricos

JOSÉ ELIAS AIEX NETO (*)

ética é a instituição que estabelece direitos e deveres nas relações que temos com Deus e com os outros seres humanos. Apesar de ser um artigo meio fora de moda em nosso país nos últimos anos, temos que resgatar o sentido ético no funcionamento da sociedade brasileira, sob pena de vermos o caos se instalar com toda sua magnitude, aniquilando qualquer possibilidade de virmos a ser uma nação de primeiro mundo.

O médico é um profissional que a todo momento é questionado a respeito da sua ética profissional. Apesar da sociedade lhes cobrar mais deveres do que garante direitos aos médicos, não há por parte da grande maioria dos profissionais de Medicina um exercício da cidadania no sentido de contribuir para o aprimoramento ético da sociedade. Por sermos questionados continuamente a respeito de ética, deveríamos ser a categoria profissional que liderasse o resgate da mesma em nossa sociedade. No entanto, não é isso que acontece, pois poucos médicos se manifestam nesse sentido. Geralmente os que o fazem são dirigentes de entidades médicas como as Associações, os Sindicatos e os Conselhos.

Há vários anos o Brasil vem discutindo a implantação de uma lei a qual deu-se o nome de "Lei dos Genéricos". Depois de monobras por parte do poderoso lobby da indústria farmacêutica binacional, que aufere lucros fabulosos com a doença do povo brasileiro, finalmente o Presidente da República sancionou a tão aguardada lei. No entanto, continuamos a ver uma série de forças extremamente poderosas tentando impedir a execução do que prevê a lei.

Os argumentos são inúmeros, e incluem a alegação de que o Ministério da Saúde não tem estrutura para fiscalizar a qualidade dos medicamentos fabricados no Brasil e a Lei dos Genéricos iria favorecer aos laboratórios de "fundo de quintal", que fabricam os populares b.o. Os que brandam tal argumento não são capazes de pensar que o problema se resolve exigindo a moralização da vigilância de medicamentos e da participação da indústria farmacêutica séria, criando um sistema de auto-regulamentação.

Há poucos dias ouvi um proprietário de farmácia dizer que seus funcionários não teriam condições de conhecer os medicamentos pelos nomes dos sais que os compõem. Argumentei que, da mesma maneira que ele expõe os remédios nas prateleiras de sua farmácia, por ordem alfabética das marcas comerciais. tal critério poderia continuar a ser adotado, simplesmente colocando em ordem alfabética os diversos sais e agrupando as marcas comerciais em torno dos mesmos.

Na verdade, o que se observa é uma grande má vontade de vários setores da comunidade para que a Lei dos Genéricos seja efetivamente implantada. Há também um consenso em torno da constatação de que dependerá muito dos médicos o sucesso de tal empreitada. Se

os médicos não contribuírem, começando a receitar os medicamentos pelo seu nome genérico, dificilmente a lei terá

Está na hora de nós, médicos, começarmos a mostrar à sociedade a nossa ética de cidadãos. Sabemos que nosso povo está cada vez mais desesperado, vivendo uma crise econômico-financeira terrível, sendo que os preços dos medicamentos atingem valores absurdos e os lucros das multinacionais farmacêuticas são drenados para fora do país. É como se o sangue do nosso povo fosse sugado e levado para o exterior, para enriquecer cada vez mais os já ricos.

Sabemos também que, através da implantação da Lei dos Genéricos, a tendência é haver uma queda de no mínimo 30% no valor dos medicamentos, como ocorreu nos Estados Unidos com a implantação de lei semelhante. Tal aspecto, aliado à posibilidade de gerar uma melhoria na política de medicamentos no país, já seria suficiente para para nos sensiblizar a tomar as medidas que são nosso dever frente a vigência da lei. No entanto, o orgulho de ser cidadão brasileiro e contribuir com o dever ético de construir uma nação melhor para nossos filhos e netos, também deve interferir na nossa decisão.

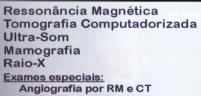
Será que continuaremos a fazer de conta que não sabemos que aqueles propagandistas de laboratório que invadem nossos consultórios recitando as vantagens de tais e tais produtos são pagos com o suor do trabalho de quem ganha salário de fome ou com o choro dos aposentados que não sabem se deixam de comprar comida ou remédio, haja visto a miséria que recebem da Previdência Social?

Até quando continuaremos a aceitar os brindes caríssimos que os laboratórios nos enviam através de tais propagandistas, sem vacilarmos um segundo para receber os mesmos, apesar de sabermos que aquilo faz parte de um processo de sedução ao qual somos submetidos e que visa apenas e tãosomente fazer com que proporcionemos lucro para as multinacionais?

Somos parte da elite intelectual deste país. Temos que assumir o papel de vanguarda que sempre nos coube nas mudanças que ocorreram ao longo da história. Vamos resgatar a nossa ética de cidadãos e liderar o processo de reconstrução da sociedade brasileira, o qual tem de ser feito sobre patamares sólidos. É nosso dever comandar tal processo, para criar uma nova sociedade, para a qual futuramente teremos orgulho de prestar contas da nossa ética médica.

A oportunidade de mostrar o nosso potencial de liderança cívica se apresenta com a Lei dos Genéricos. Tenho a certeza de que a nação brasileira respeitará mais ainda e nos acompanhará na retomada do processo ético que tem que nortear a construção de uma nova nação. Mãos e caneta à obra, colegas!

(*) José Elias Aiex Neto, médico psiquiatra, ex-presidente da AMP e Sociedade Paranaense de Psiquiatria, ex-secretário de Saúde de Foz e atual presidente do Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu (PR).



Densitometria óssea por CT **Procedimentos intervencionistas**

orientados por ultra-som e CT Biopsia de Próstata, Mama e outros órgãos

Examine bem as qualidades:

O melhor corpo clínico, equipamentos de última geração e toda a confiança que você cisa para um diagnóstico correto.

DAPI - ESPECIALISTA EM PRECISÃO



- Dr. Sérgio Mazer CRM 3047
- Dr. Arildo Corrêa Teixeira
- Dr. Arnolfo de Carvalho Neto
- Dr. Aguinaldo de Oliveira
- Dr. Dante Luiz Escuissato
- Dr. Ênio Rogacheski
- Dr. Enrique Antonio Vidal
- Dr. Graciliano José França Dr. Jean Roberto Villavicencio
- Marcus Trippia
- Dr. Mário César Sugisawa
- Dra. Neusa Regina Schmitz
- Dr. Silvio Atsushi Ogata

LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE CURITIBA http://www.dapi.com.br e-mail: info@dapi.co

Rua Brigadeiro Franco, 122

Mercês 80430-210 Curitiba-PR



OUTUBRO

13 a 16 XVII Congresso Brasileiro de Psiquiatria XXII Jornada Cearense de Pisquiatria

Promoção: Associação Brasileira de Psiquiatria e Sociedade Cearense de Psiquiatria Centro de Convenções Edson Queiróz Fortaleza (CE) Informações: (0xx85) 261-0773 ou 261-0684

13 a 16 XVI Congresso Brasileiro de Medicina Física e de Reabilitação XIV Jornada Paulista de Fisia

XIV Jornada Paulista de Fisiatria Promoção: Sociedade Brasileira de Medicina Física e de Reabilitação e Sociedade Paulista de Medicina Física e de Reabilitação Expo Center Norte – São Paulo (SP) Informações (0xx11) 286-0520

16
3.ª Conferência Local de
Saúde CRE Marechal
Saguão do CRE Marechal
Av. Mal. Floriano Peixoto, 250

Curitiba (PR) Informações: 0xx41 233-0374

16 a 18 I Curso de Cirurgia Estético-Funcional da Face São Paulo (SP) (0xx11) 870-0022

18 a 20

Encontro Nacional de Técnicos e Auxiliares de Enfermagem Coren Centro de Convenções de Foz do Iguaçu (PR) (0xx41) 22304958

17 a 20 VI Congresso Latino-Americano de Neuropsicología

Centro Nacional de Investigações Cinetíficas e Centro Internacional de Restauração Neurológica de Cuba

Local: Varadero — Cuba Informações: (0xx61) 3273037 E-mail: <u>biro@tba.com.br</u>

Simpósio Internacional
O ovário humano – Perspectivas
para ginecologistas e
embriologistas
Palestrantes: Dra. Silvana Chedid
(SP), Johan Smitz (Bélgica), Rita

Cortvrindt (Bélgica) e Úrsula

Eichenlaub-Ritter (Alemanha) Promoção: Centro de Endoscopia Pélvica e Reprodução Humana (Ceperh) São Paulo (SP) Informações: (0xx11) 3045-

28 e 29
I Seminário Nacional de
Qualidade em Contraceptivos
Mecânicos – Preservativos,
Diafragma e DIU
Local: Parlatino/Memorial da
América Latina – São Paulo

Informações: (0xx11) 288-8157 E-mail: eventos@focuscom.com.br

NOVEMBRO

5 e 6 Il Simpósio Internacional de Ginecologia Oncológica Sociedade Brasileira de Ginecologia Oncológica (Sobragon) São Paulo (SP) Informações: (0xx11) 242-5110

5 e 6 III Curso do Respirador BucalCentro Integrado do Respirador Bucal
Maringá (PR)
Informações: (0xx44) 262-4411

XXVII Congresso Brasileiro de Urologia

Rio de Janeiro (RJ) Informações: (0xx21) 266-4187

Atualização em tratamento
Farmacológico e Psicoterápico
dos Transtornos Ansiosos
Realização: Instituto de
Psiquiatria do HC-USP e
Departamento de Psiquiatria da
Faculdade de Medicina da USP
Local: Centro de Convenções
Rebouças – São Paulo (SP)
Informações: (0xx11) 3069-6988

Internet: http:// www.alternex.com.br/ ~ansiedade99

48.º Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia Promoção Frebrasgo Goiânia (GO) (0xx62) 223-1812/223-2083 e-mail: 48cbgo99@internetional.com.br

25 a 28 Congresso Mundial de Medicina Tradicional Chinesa IV Congresso da Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura

Pernambuco (PE) Informações: (0xx81) 426-5791

26 e 27 VI Encontro Regional de Psiquiatria Biológica Tema:

Psiconeuroendocrinologia Realização: Associação Brasileira de Psiquiatria Biológica e Universidade Federal de Sergipe Aracaju (SE)

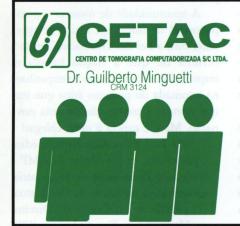
Informações: (0xx31) 223-2389 e-mail: jevilela@brhs.com.br

ABRIL DE 2000

1 a 4 VI Congresso Internacional — Catarata & Refrativa 2.º Congresso de Administração em Oftalmologia

Conferencistas da África do Sul, Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, EUA, França, Holanda, México e Portugal Hotel Inter-Continental – Rio de Janeiro (RJ)

Informações: www.cataratarefrativa.com.br



TOMOGRAFIA
COMPUTADORIZADA
HELICOIDAL

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA

Rua Padre Ildefonso, 105 e 120 - Batel Fone (41) 342-7513 Fax (41) 243-9144

CEP 80240-160 - Curitiba - Paraná E-MAIL: cetac@bbs2sul.com.br QUALLED
CONSULTORIA NA ÁREA DE SAÚDE

ATUAMOS EM EMPRESAS DA ÁREA DE SAÚDE, COMO: HOSPITAIS, CLÍNICAS, LABORATÓRIOS, CENTROS DE DIAGNÓSTICO E MEDICINA DE GRUPO (CONVÊNIOS). ÁREAS: FINANCEIRA, MARKETING, RECURSOS HUMANOS, RESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL, ISO 9000 E TREINAMENTOS GERENCIAIS E COMPORTAMENTAIS.

SOLICITE INFORMAÇÕES PELO FONE: (41) 232-6351 • FAX: (41) 223-0089

30 de outubro, dia do médico ginecologista e obstetra

Cabe a ele despertar o nosso bem mais precioso:



Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Paraná SOGIPA a vida





Ceventos OS

▶ I Simpósio de Primavera da Sociedade Brasileira de Cefaléia e da Sociedade Internacional de Cefaléia

Data:29 e 30 de outubro Local: Iguassu Golf Club & Resort Foz do Iguaçu — PR

Conferencistas estrangeiros: Dr. Alan M. Rapoport (Stamford/EUA) e Jorge Leston (Buenos Aires/Argentina)

Palestrantes brasileiros: Marco Antônio Arruda (Ribeirão Preto/SP), José Geraldo Speciali (Ribeirão Preto), Luiz Paulo de Queiróz (Florianópolis/ SC), Wilson Farias da Silva (Recife/PE) e Marco Antonio Minchola Robles (Foz do Iguaçu/PR).

Informações/inscrições: Fone (0xx45) 523-6162

E-mail: ibb.eventos@fnn.net

Residência médica

Hospital Erasto Gaertner, Liga Paranaense de Combate ao Câncer e Centro de Projetos de Ensino e Pesquisa (Cepet) vão realizar concurso para residência médica. São duas vagas para cirurgia oncológica, com duração de três anos, e uma para oncologia clínica, com duração de dois anos.

Inscrições no período de 15 de outubro a 19 de novembro, com a prova escrita ocorrendo no dia 29 de novembro e a oral nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro, no auditório do Hospital Erasto Gaertner.

Informações: (0xx41) 366-3233, ramal 278

E-mail: cepep@lpccnet.or.br

Atendimento à Emergência

Desde o dia 13 de agosto até 26 de novembro estará sendo realizado no auditório do Conselho Regional de Medicina de Maringá o 1.º Curso Interhospitalar de Atendimento à Emergência. Serão 13 palestras em 12 dias alternados. A promoção é do Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Maringá, com apoio do Corpo de Bombeiros, Secretaria Municipal de Saúde, Sindicato dos Médicos e Sociedade Médica de Maringá, Departamento de Medicina da UEM e CRM.

Em agosto foram realizadas palestras sobre avaliação ao politraumatizado, vias aéreas e ventilação e T.C.E; em setembro, sobre choque e trauma torácico; enquanto em outubro (dias 1.º, 8 e 15) foram programadas palestras sobre trauma abdominal, raquimedular e das extremidades.

Em novembro, nos dias 5, 12, 19 e 26, as palestras terão como temas o trauma na gravidez, queimaduras e lesões de partes moles, trauma pediátrico, atendimento pré-hospitalar, estabilização e transporte e os limites legais no atendimento à emergência e trauma. Informações podem ser obtidas pelo fone (0xx44) 224-4329 ou 224-8931 ou e-mail socmedica@wnet.com.br

Médicos Solidários

Médicos Sem Fronteiras (MSF) é uma ONG internacional que atua em mais de 80 países no mundo e está ampliando a sua presença no Brasil com o projeto "Médicos Solidários", que já conta com 60 profissionais voluntários. Criada em 1971 e com sede na Europa, a ONG oferece ajuda a vítimas de catástrofes naturais, guerras, epidemias

e exclusão médico-social.

A organização não-governamental MSF iniciou as suas atividades no Brasil em 1993, em trabalhos com meninos de rua do Rio de Janeiro. No ano seguinte, a equipe começou a trabalhar com a comunidade da favela de Vigário Geral. Desde então, vários outros projetos têm sido desenvolvidos, com a finalidade de prestar assistência a comunidades vítimas da exclusão social e violência urbana.

Frente às dificuldades que as populações menos favorecidas têm em conseguir atendimento no serviço público de saúde, a ONG criou o projeto "Médicos Solidários". O projeto, financiado pela W.K. Kellogg Foundation, visa formar uma rede de profissionais com o objetivo comum de prestar atendimento aos excluídos do sistema assistencial. O médico voluntário trabalha dentro de seu próprio consultório, doando uma ou mais consultas por semana, para atender a pessoas oriundas de instituições sociais e comunitárias cadastradas.

Conforme esclarecimento passado pela MSF ao Conselho de Medicina,

quando uma das instituições precisa de atendimento médico, ela entra em contato com a central de atendimento do projeto. A central busca o profissional mais adequado (pela localização, disponibilidade, especialidade, etc) e marca uma consulta. A partir daí, o paciente é atendido pelo médico solidário como um cliente comum, sem qualquer distinção.

O médico, que faz a própria opção sobre o número de consultas a ser deixado à disposição do projeto, passa a fazer parte de uma rede que conta com espaços de discussão sobre o trabalho voluntário, troca idéias e experiências, participa de seminários e encontros e discute questões da cidade onde mora. "Participar é uma forma de se inserir em um movimento social. Fazer parte da transformação e melhoria de nossa sociedade é o principal retorno que um médico solidário pode ter", expressa o documento encaminhado pela organização ao CRM

Informações sobre o projeto através do telefone (0xx21) 516-6459 ou e-mail medsol@homeshopping.com.br





- Radiologia geral
- Mamografia de alta resolução
- Ecografia mamária
- Ecografia com Doppler colorido (corpo inteiro)
- Densitometria óssea

Dr. Eurides Cunha Neto - CRM 1245

Rua Visconde de Nacar, 865 8º andar cj. 801 Ed. Urupês Fone/Fax: (41) 224-0170 CEP 80410-201 Curitiba - Paraná Atendimento: segunda a sexta 7h30 às 18h00 ininterruptamente - sábado 8h00 às 12h00

CERTAGO DE RADIOIMUNO ENSAIO E MEDICINA NUCLEAR DO PARANÁ LTDA.

- Cintilografias (Spect)
- Cardiologia Nuclear Densitometria Óssea
- Análises Clínicas Hormônios

Corpo Clínico:

Dr. Airton Seiji Yamada • CRM 12977
Dra. Cristina Carvalho • CRM 17427
Dr. Dalton B. Precoma • CRM 7912
Dr. Luiz Carlos Woellner • CRM 2801
Dr. Mitchell B. Lewis • CRM 16612
Dra. S

Dr. Alexandre Alessi • CRM 12439 Dra. Cristiane Alessi • CRM 13055 Dr. Gilberto Rocha • CRM 6238 Dr. Marcelo F. Martin • CRM 17469 Dra. Shirley Y. Hayashi • CRM 10424



é tica

Julgamento simulado para médicos residentes

Conselho Regional de Medicina do Paraná realizou um julgamento ético simulado no dia 28 de setembro, na sala 4 da Associação Médica, em Curitiba. Destinado a preceptores e médicos residentes, o evento teve quase uma centena de participantes. O simulado deveria ter ocorrido no dia 14, mas precisou ser adiado.

O júri foi realizado com base num fato real, em que uma criança faleceu depois de ter sido atendida por um acadêmico de Medicina, na ausência do plantonista do hospital. Após denúncia apresentada no Conselho de Medicina, foi instaurado processo ético-administrativo, culminando com sanção ao médico que se ausentou do plantão, delegando função a um acadêmico, e ao diretor clínico do hospital, acusado de omissão.

O exemplo tem sido referencial nos julgamentos simulados promovidos pelo Conselho, como o ocorrido no dia 21 de julho, em Londrina, com o objetivo de demonstrar a importância de se tratar na prática questões éticas, incentivando os médicos iniciantes a ser mais zelosos no exercício da função e a valorizar a relação médico-paciente.

"O caso em si, serve para demonstrar que a presença do médico é fundamental e que o plantão à distância não pode ser aceito", manifestou o presidente do



Zacarias de Souza Filho, ladeado por Sallim Emed e Antonio Celso Albuquerque, fala durante o júri simulado na AMP.



O simulado atraiu dezenas de preceptores e médicos residentes.

CRM, Luiz Sallim Emed, que no júri atuou na acusação. Ainda de acordo com ele, a discussão em torno de um caso concreto mostra a importância da postura ética correta do médico e exemplifica os riscos a que está sujeito ou o constrangimento que passa quando negligente ou imprudente.

O julgamento foi presidido por Zacarias A. de Souza Filho (vice do CRM), cabendo a defesa ao advogado Antonio Celso Cavalcanti Albuquerque (consultor jurídico do Conselho). A relatoria fiou a cargo de representante da Associação Paranaense de Residentes. O próximo evento do gênero está marcado para 29 de outubro, em Maringá, durante a Semana do Estudante. Este ano, além de Londrina e Curitiba, foram realizados simulados éticos em Campo Mourão, Pato Branco, Ubiratã e Cascavel.

Denúncias

O Conselho de Medicina do Paraná registra, em média, 1 denúncia por dia contra médicos, referente a infrações éticas. As estatísticas mostram a instauração, desde o início da década passada, de 459 processos (165 deles em andamento) e 844 sindicâncias (347 sob apreciação). Com cerca de quatro processos por mês, a pauta de julgamentos do CRM já está lotada pelo menos até junho do ano 2000.

